

# estudos e pesquisas

## BALANÇO DAS GREVES EM 2007

**DIIESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

# BALANÇO DAS GREVES EM 2007

## Introdução

Neste estudo, o DIEESE apresenta a análise das greves realizadas pelos trabalhadores brasileiros em 2007, procurando identificar suas principais características e tendências. Para isso, serão examinadas algumas variáveis que indicam a frequência, o volume e a densidade das paralisações, as insatisfações que emanam das relações de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos grevistas.

Os dados analisados foram extraídos do SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves, concebido e elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –, que reúne informações sobre as paralisações deflagradas no Brasil desde 1983, e conta, atualmente, com cerca de 18 mil registros. As fontes para o levantamento dos dados são os jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

## Principais indicadores das greves de 2007

Em 2007, foram registradas no SAG-DIEESE 316 greves, que resultaram na paralisação de quase 29 mil horas de trabalho em todo o país (Tabela 1). Desse total, 161 (51%) foram empreendidas pelos trabalhadores da esfera pública, que compreende o funcionalismo público nos âmbitos municipal, estadual e federal, além dos empregados em empresas estatais. Outras 149 (47%) foram realizadas na esfera privada, por trabalhadores da indústria, dos serviços e do setor rural. Foram ainda localizadas seis paralisações que envolveram conjuntamente trabalhadores da esfera pública e privada: três protagonizadas por funcionários de bancos públicos e privados; duas que envolveram trabalhadores de empresas públicas e privadas de diferentes setores; e uma com participação de trabalhadores de empresas públicas e privadas, igualmente de diferentes setores, mais funcionários públicos dos governos federal, estadual e municipal<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Essa greve e as duas anteriores – as que envolveram trabalhadores das duas esferas e de diversos setores –, merecem destaque por serem grandes mobilizações organizadas por centrais sindicais. Além dessas características, elas tiveram em comum o apelo à manutenção do veto presidencial à Emenda 3 – dispositivo presente na lei que criou a Receita Federal do Brasil (Super-Receita) que impedia a ação de auditores do Trabalho e da Receita Federal na atuação de empresas em que fossem apuradas irregularidades na subcontratação de outras empresas. Segundo a emenda, só o Poder Judiciário estaria autorizado a julgar a legalidade ou não desses contratos. O movimento sindical entendia que a medida tirava direitos dos trabalhadores e representava um forte estímulo à precarização das relações de trabalho.

Na esfera pública, as greves deflagradas pelo funcionalismo corresponderam a 44% do total das paralisações e a 82% do total das horas paradas. Dessas, 19% ocorreram no âmbito estadual, com 45% do total de horas paradas; 17% no municipal, com 20% do total de horas paradas; e 8% no federal, com 16% do total de horas paradas. Ainda 7% delas foram localizadas em empresas estatais.

Quanto à esfera privada, a indústria foi responsável por 26% do total de greves do ano e o setor de serviços, por 20%. Ainda foram verificadas quatro paralisações no meio rural - todas de trabalhadores canavieiros. Em 2007, não houve registro de greve de trabalhadores no comércio da esfera privada.

**TABELA 1**  
**Distribuição de greves e total de horas paradas,**  
**por esferas pública e privada e por setor de atividade**  
**Brasil - 2007**

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>161</b>	<b>50,9</b>	<b>24.192</b>	<b>84,8</b>
<b>Funcionalismo Público</b>	<b>140</b>	<b>44,3</b>	<b>23.278</b>	<b>81,6</b>
Governos Estaduais	60	19,0	12.918	45,3
Governos Municipais	55	17,4	5.752	20,2
Governos Federais	25	7,9	4.608	16,2
<b>Empresas Estatais</b>	<b>21</b>	<b>6,6</b>	<b>914</b>	<b>3,2</b>
Serviços	13	4,1	362	1,3
Indústria	7	2,2	512	1,8
Comércio	1	0,3	40	0,1
<b>PRIVADA</b>	<b>149</b>	<b>47,2</b>	<b>4.291</b>	<b>15,0</b>
Serviços	62	19,6	1.527	5,4
Indústria	83	26,3	2.684	9,4
Rural	4	1,3	80	0,3
<b>PÚBLICA E PRIVADA<sup>(1)</sup></b>	<b>6</b>	<b>1,9</b>	<b>36</b>	<b>0,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>100,0</b>	<b>28.519</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada.

Obs.: a) O movimento empreendido pelos metalúrgicos na empresa Fris MolduCar, em São Bernardo do Campo/SP, foi computado nos totais de greves, mas excluído dos números referentes a horas paradas e trabalhadores x horas paradas, por conta de sua duração excepcional. O movimento foi deflagrado pelos cerca de 270 empregados da empresa, que acamparam no local, em 21 de fevereiro de 2007, e se estendeu para além do fim de 2007 (pelo menos até 19 de março de 2008). O motivo da greve foi o não pagamento do 13º salário de 2006 e dos salários de janeiro e fevereiro de 2007, do valor integral das rescisões contratuais dos trabalhadores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária no fim de 2006 e o não recolhimento de FGTS e INSS havia cinco anos, além do descumprimento de outros direitos trabalhistas. Em 13 de março de 2007, o sindicato dos trabalhadores pediu a falência da empresa, para que o pagamento dos direitos trabalhistas fosse priorizado. Em 22 de novembro de 2007, após a Justiça decidir pela recuperação judicial da empresa, os trabalhadores decidiram levantar o acampamento e prosseguir a luta via ações judiciais. Em 19 de março de 2008, o sindicato pediu à Justiça a rescisão indireta dos contratos de trabalho, a fim de que os trabalhadores pudessem se empregar em outras empresas enquanto esperavam o pagamento de seus direitos.

b) Em 2007, houve mais quatro greves que se estenderam para o ano seguinte: a dos policiais civis de Alagoas, que contou com 2.200 grevistas, iniciada em 1º de agosto de 2007 e encerrada em 26 de fevereiro de 2008; a dos funcionários da rede estadual de saúde de Alagoas, que contou com 5.250 grevistas, iniciada em 21 de agosto de 2007 e que perdurava até 12 de janeiro de 2008; a dos professores das universidades estaduais do Ceará, da qual não se obteve informação sobre o número de grevistas, iniciada em 12 de novembro de 2007 e encerrada em 14 de fevereiro de 2008 e a dos trabalhadores de empresa frigorífica em Redenção/PA, onde a adesão atingiu pico de 700 trabalhadores, iniciada em 20 de dezembro de 2007 e em prosseguimento até 04 de janeiro de 2008. Para essas greves, foram computados todas as informações disponíveis, inclusive as relativas a horas paradas em 2008.

Nas Tabelas 2, 3 e 4 são apresentados indicadores que derivam da quantidade de trabalhadores parados e que expressam o volume e a intensidade das paralisações. Para isso, serão consideradas apenas as 211 greves das quais se obteve informações sobre número de grevistas<sup>2</sup>, que correspondem a 67% dos registros analisados.

Do total dessas greves, as organizadas por funcionários públicos reuniram cerca de 38% do total de grevistas no ano e contribuíram com 83% do total de horas paradas, o que resultou em 87% do volume de trabalhadores x horas paradas em 2007. Na esfera privada, embora o número de grevistas registrado tenha sido maior – 45% do total –, o de horas paradas correspondeu a apenas 14% no ano e o indicador trabalhadores x horas paradas, a somente 8%. Contudo, a média de trabalhadores por greve nas duas esferas é muito próxima.

É importante destacar a relevância de três greves ocorridas na esfera privada. Duas delas foram deflagradas por trabalhadores metalúrgicos: uma de abrangência nacional, que contou com 170 mil trabalhadores, e outra do estado de São Paulo, que reuniu 190 mil grevistas. A terceira foi empreendida pelos trabalhadores da indústria da construção civil do Estado de São Paulo e teve a participação de 130 mil trabalhadores. Juntos, esses três movimentos somaram 490 mil trabalhadores – 76% do total de grevistas da esfera privada e 34% do total geral.

**TABELA 2**  
**Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve, horas paradas e trabalhadores x horas paradas, por esferas pública e privada**  
**Brasil - 2007**

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabs. por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas <sup>(1)</sup>	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>107</b>	<b>50,7</b>	<b>713.259</b>	<b>49,6</b>	<b>6.666</b>	<b>20.868</b>	<b>86,2</b>	<b>217.355.928</b>	<b>92,0</b>
Funcionários Públicos	95	45,0	546.955	38,0	5.757	20.172	83,3	207.320.120	87,0
Empresas Estatais	12	5,7	166.304	11,6	13.859	692	2,9	10.035.808	4,2
<b>PRIVADA</b>	<b>100,0</b>	<b>47,4</b>	<b>641.766</b>	<b>44,6</b>	<b>6.418</b>	<b>3.324</b>	<b>13,7</b>	<b>19.198.804</b>	<b>8,1</b>
<b>PÚBLICA E PRIVADA<sup>(2)</sup></b>	<b>4</b>	<b>1,9</b>	<b>82.750</b>	<b>5,8</b>	<b>20.688</b>	<b>26</b>	<b>0,1</b>	<b>573.500</b>	<b>0,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>100,0</b>	<b>1.437.769</b>	<b>100,0</b>	<b>6.814</b>	<b>24.216</b>	<b>100,0</b>	<b>237.128.232</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Notas (1) Produto da multiplicação, em cada greve, do número de grevistas pelo número de horas paradas

(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados (211)

b) Ver observações à Tabela 1

<sup>2</sup>As informações sobre número de trabalhadores em greve não constam de grande parte das matérias jornalísticas pesquisadas, o que impede a construção de indicadores que considerem a totalidade das greves registradas.

Na Tabela 3, os mesmos indicadores são apresentados somente para as paralisações empreendidas pelo funcionalismo público e por trabalhadores da esfera privada segundo o âmbito em que foram realizadas. Aqui, foram discriminadas as greves organizadas por categoria e as empreendidas no nível de empresa (no setor privado) ou de unidade (no funcionalismo público).

Evidentemente, as paralisações realizadas por categoria reúnem um número significativamente maior de trabalhadores do que as empreendidas no nível das empresas, o que pode ser confirmado por todos os indicadores constantes da Tabela. No funcionalismo público, as greves deram-se, majoritariamente, no âmbito das categorias – cerca de 82% do total dessas paralisações – e reuniram aproximadamente 95% dos grevistas e 96% do total de trabalhadores x horas paradas do setor. Apenas 19% das greves do funcionalismo ocorreram em unidades, mobilizando 5% dos grevistas e equivalendo a 4% do total de trabalhadores x horas paradas.

Na esfera privada, embora a proporção das paralisações seja inversa – 84% delas foram realizadas por trabalhadores de empresas e 16% por categorias –, o percentual de grevistas e de trabalhadores x horas paradas também é expressivamente superior nas paralisações de categoria: 87% e 88%, respectivamente, para as greves de categoria, e 13% e 12%, para as greves por empresa.

Também a média de grevistas por movimento, nas duas esferas, revela a dimensão das paralisações de categoria. Greves por categoria apresentam média de trabalhadores parados quatro vezes maior que as deflagradas nas unidades do funcionalismo público e mais de 34 vezes superior às ocorridas nas empresas do setor privado.

É importante destacar que, desde 2004, ano do primeiro balanço de greves do DIEESE, é a primeira vez que a média de trabalhadores parados por greve na esfera privada supera a do funcionalismo público.

**TABELA 3**  
**Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve, horas paradas e trabalhadores x horas paradas dos funcionários públicos e dos trabalhadores da esfera privada, no âmbito de empresa e de categoria**  
**Brasil – 2007**

Esfera/Setor	Greves		Grevistas		Média de trabs. por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas <sup>(1)</sup>	
	nº	% <sup>(2)</sup>	nº	% <sup>(2)</sup>	nº	nº	% <sup>(2)</sup>	nº	% <sup>(2)</sup>
<b>Func. Público</b>	<b>95</b>	<b>100,0</b>	<b>546.955</b>	<b>100,0</b>	<b>5.757</b>	<b>20.172</b>	<b>100,0</b>	<b>207.320.120</b>	<b>100,0</b>
Categoria	77	81,1	519.252	94,9	6.744	16.568	83,6	199.207.368	96,1
Unidade <sup>(3)</sup>	18	18,9	27.703	5,1	1.539	3.604	17,9	8.112.752	3,9
<b>Privada</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>641.766</b>	<b>100,0</b>	<b>6.418</b>	<b>3.324</b>	<b>100,0</b>	<b>19.198.804</b>	<b>100,0</b>
Categoria	16	16,0	557.426	86,9	34.839	991	29,8	16.918.748	88,1
Empresa	84	84,0	84.340	13,1	1.004	2.333	70,2	2.280.056	11,9

Fonte: DIEESE

Notas: (1) Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas.

(2) Os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores da esfera privada

(3) Autarquias, fundações, institutos, hospitais, universidades

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados. Por motivos óbvios, não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores em empresas estatais – que só ocorrem no nível das empresas – e as que envolveram, conjuntamente, trabalhadores das esferas pública e privada, já descritas na Tabela 2

b) Ver observações na Tabela 1

Na Tabela 4, é apresentada a distribuição do número de greves e grevistas segundo faixas de adesão aos movimentos. Os dados mostram que 23% dos movimentos paredistas contaram com até 200 grevistas e mais da metade teve a participação de até mil trabalhadores. Mobilizações situadas nas faixas entre mil e 10 mil grevistas representaram quase 40% do total e 10% delas ultrapassaram essa marca.

As paralisações com até dois mil grevistas reuniram 6% do total de trabalhadores que interromperam suas atividades; as deflagradas por mais de dois mil e menos de 10 mil, 17%; e as realizadas por mais de 10 mil trabalhadores, 78%. Apenas as sete greves com mais de 50 mil trabalhadores somaram 56% do total anual de grevistas.

Entre as greves mais massivas, destacam-se, no setor privado, as três já mencionadas anteriormente: duas empreendidas por metalúrgicos e uma por trabalhadores da indústria da construção civil. No setor público, chamam a atenção pelo número de grevistas dois movimentos de funcionários públicos: um de professores e funcionários da rede estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro, com adesão de 72 mil profissionais, e outro de funcionários das universidades federais, com 94 mil grevistas. Além dessas, duas greves em

empresas estatais contaram com a participação de mais de 50 mil trabalhadores: uma na Caixa Econômica Federal e outra nos Correios, com 56 mil e 86 mil grevistas, respectivamente.

**TABELA 4**  
**Distribuição de greves e grevistas, por número**  
**de trabalhadores que participaram dos movimentos**  
**Brasil - 2007**

Nº de trabalhadores	Greves			Grevistas		
	nº	%	% acumulado	nº	%	% acumulado
<b>Até 200</b>	49	23,2	23,2	4.680	0,3	0,3
<b>201- 500</b>	36	17,1	40,3	11.999	0,8	1,2
<b>501- 1 mil</b>	25	11,8	52,1	17.550	1,2	2,4
<b>1.001 - 2 mil</b>	28	13,3	65,4	44.614	3,1	5,5
<b>2.001 - 5 mil</b>	36	17,1	82,5	126.076	8,8	14,3
<b>5.001 - 10 mil</b>	17	8,1	90,5	117.700	8,2	22,4
<b>10.001 - 20 mil</b>	7	3,3	93,8	105.850	7,4	29,8
<b>20.001 - 50.000</b>	6	2,8	96,7	211.220	14,7	44,5
<b>Mais de 50 mil</b>	7	3,3	100,0	798.400	55,5	100,0
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>1.437.769</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de grevistas

Na Tabela 5, a seguir, é apresentada a distribuição das paralisações de acordo com a duração. Observa-se que cerca de 40% do total dos movimentos foram encerrados no mesmo dia em que foram deflagrados e 79% deles não ultrapassaram 10 dias. Esse percentual é devido, principalmente, às paralisações ocorridas na esfera privada. Nela, o percentual de paralisações de apenas um dia ultrapassou a metade do total (52%). Entre as greves dos funcionários públicos e nas empresas estatais, paralisações com duração de um dia equivaleram a 28% e a 24% do total, respectivamente.

Quanto às paralisações superiores a 30 dias, estas foram mais frequentes no funcionalismo público: 91% das greves com essa duração ocorreram no setor. Fora do âmbito do funcionalismo público, há três registros de greves de duração equivalente: dois na esfera privada e um em empresa estatal. Na esfera privada, além dos trabalhadores da metalúrgica Fris Moldu Car, em São Bernardo do Campo/SP<sup>3</sup>, cerca de 8 mil funcionários de 40 empresas que prestavam serviços à Refinaria de Duque de Caxias (Reduc/Petrobras), em Duque de Caxias/RJ, interromperam os trabalhos por 84 dias para reivindicar reajuste salarial, isonomia salarial e Participação nos Lucros e/ou Resultados. Em estatais, a única paralisação que durou

<sup>3</sup> Ver primeira observação na Tabela 1.



mais de 30 dias atingiu a Imbel – Indústria de Material Bélico do Brasil –, empresa pública federal localizada em Piquete, São Paulo. Os 524 funcionários da empresa cruzaram os braços, sobretudo contra o descumprimento de uma série de direitos trabalhistas.

**TABELA 5**  
**Distribuição das greves segundo a duração dos movimentos, por esfera**  
**Brasil - 2007**

Dias Afetados	Total			Esfera Pública						Esfera Privada			Esferas Pública e Privada <sup>(1)</sup>		
	nº	%	% acum.	Func. Público			Empresas Estatais			nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
				nº	%	% acum.	nº	%	% acum.						
1	128	40,5	40,5	39	27,9	27,9	5	23,8	23,8	78	52,3	52,3	6	100,0	100,0
2 a 5	82	25,9	66,5	29	20,7	48,6	9	42,9	66,7	44	29,5	81,9	-	-	-
6 a 10	41	13,0	79,4	21	15,0	63,6	5	23,8	90,5	15	10,1	91,9	-	-	-
11 a 15	13	4,1	83,5	5	3,6	67,1	1	4,8	95,2	7	4,7	96,6	-	-	-
16 a 30	19	6,0	89,6	16	11,4	78,6	0	-	95,2	3	2,0	98,7	-	-	-
31 a 60	14	4,4	94,0	13	9,3	87,9	1	4,8	100,0	0	-	98,7	-	-	-
Mais de 60	19	6,0	100,0	17	12,1	100,0	0	-	-	2	1,3	100,0	-	-	-
<b>Total</b>	<b>316</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>149</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública

Em 2007, foram registradas 88 greves de advertência, assim denominadas por utilizarem a estratégia de anunciar antecipadamente o tempo para o encerramento da mobilização. No geral, esse tipo de paralisação caracteriza-se pela suspensão do trabalho durante um dia ou algumas horas do dia, o que se pôde observar no período analisado: a grande maioria delas – 76% – não ultrapassou esse prazo. Outras 21 greves de advertência implicaram suspensão do trabalho por tempo superior a uma jornada diária (Tabela 6).

**TABELA 6**  
**Distribuição das greves de advertência,**  
**segundo a duração dos movimentos**  
**Brasil - 2007**

Dias afetados	Duração da greve	Greves	
		nº	%
1 dia	até 2 horas	17	19,3
	de 2 a 7 horas	10	11,4
	8 horas	40	45,5
	<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>76,1</b>
2 dias	4 horas	1	1,1
	16 horas	14	15,9
	<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>17,0</b>
3 dias	24 horas	3	3,4
4 dias	32 horas	2	2,3
6 dias	48 horas	1	1,1
<b>TOTAL</b>		<b>88</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Entre os registros de greves de advertência, destaca-se a paralisação dos funcionários administrativos da Polícia Federal, que, depois de paralisarem as atividades por um dia em abril e três em maio, interromperam as atividades durante seis dias em junho, antes de deflagraram greve por tempo indeterminado em setembro. Também merece citação a greve dos servidores públicos federais do Departamento de Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT), que promoveram duas paralisações de advertência: de um dia em setembro e de quatro dias em outubro<sup>4</sup>. Ainda os trabalhadores da Cemig, durante a negociação da data-base da categoria, suspenderam suas atividades por pelo menos quatro dias, em advertência.

<sup>4</sup>A duração prevista dessa greve era de cinco dias, mas não há informação sobre o quinto dia de paralisação.

## Motivações das greves

Neste item, pretende-se identificar as causas que conduziram os trabalhadores à suspensão de suas atividades em 2007. Para isso, primeiramente, será analisado o caráter das paralisações, entendido como a intenção geral das reivindicações apresentadas pelos grevistas, com base no teor das questões constantes da pauta.

Para cada greve, examinou-se o conjunto das exigências colocadas e procurou-se classificá-la de acordo com seus propósitos. Mobilizações que propõem a introdução de novas conquistas ou a melhora das condições em vigência são consideradas greves propositivas. As que se colocam pela manutenção ou renovação de garantias existentes ou contra o descumprimento de direitos, são denominadas greves defensivas. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto<sup>5</sup>. Os movimentos que se propõem a apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores da empresa, são considerados greves de solidariedade.

Na Tabela 7, é exposta a distribuição das paralisações realizadas em 2007, por esfera de ocorrência e pelo tipo de caráter que apresentaram. É importante destacar que uma mesma greve pode apresentar distintas motivações e, por isso, a soma dos diversos tipos pode ultrapassar a quantidade de paralisações analisadas.

Observa-se que a expressiva maioria dos movimentos (66%) incluía em sua pauta de reivindicações demandas por novos direitos ou melhoria dos que já vigoravam. Entretanto, reivindicações de caráter defensivo também tiveram presença significativa, sendo apuradas em cerca de 46% das greves registradas: 32% colocavam-se contra o descumprimento dos direitos em vigor e 19% visavam à renovação ou manutenção de direitos já adquiridos. As paralisações de protesto representaram 15% do total e houve um único registro de greve de solidariedade<sup>6</sup>.

As reivindicações dos trabalhadores da esfera pública foram, na maior parte, propositivas (76%), seguidas, em número de ocorrências, pelas de caráter defensivo (37%) e de protesto (22%). No âmbito privado, a presença de reivindicações de caráter defensivo

<sup>5</sup> No geral, essas reivindicações são voltadas ao poder público.

<sup>6</sup> Realizada por cerca de 300 metalúrgicos das empresas Anthes, Driveway, Mont-Sant e PS em solidariedade aos 450 trabalhadores da fábrica Multibrás (grupo Whirlpoll) em São Paulo, SP, que seriam demitidos por causa da transferência da produção de fogões da marca Brastemp para Rio Claro/SP

superou as de caráter propositivo: 58% das greves foram defensivas e 56%, propositivas. Ainda na esfera privada, notam-se poucas paralisações em protesto: apenas 6% do total.

**TABELA 7**  
**Distribuição de greves, por esfera e caráter das reivindicações**  
**Brasil - 2007**

Caráter	Total (316)		Esferas			
			Pública (161)		Privada (149)	
	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	<b>209</b>	<b>66,1</b>	<b>123</b>	<b>76,4</b>	<b>83</b>	<b>55,7</b>
<b>Defensivas</b>	<b>146</b>	<b>46,2</b>	<b>59</b>	<b>36,6</b>	<b>87</b>	<b>58,4</b>
<i>renovação ou manutenção de condições vigentes</i>	<i>61</i>	<i>19,3</i>	<i>23</i>	<i>14,3</i>	<i>38</i>	<i>25,5</i>
<i>descumprimento de direitos</i>	<i>101</i>	<i>32,0</i>	<i>39</i>	<i>24,2</i>	<i>62</i>	<i>41,6</i>
<b>Protesto</b>	<b>48</b>	<b>15,2</b>	<b>36</b>	<b>22,4</b>	<b>9</b>	<b>6,0</b>
<b>Solidariedade</b>	<b>1</b>	<b>0,3</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações

b) Das seis greves que envolveram trabalhadores das esferas pública e privada, três, realizadas por bancários, contiveram reivindicações de caráter propositivo e três, realizadas por trabalhadores de diversas categorias, de protesto. As seis greves foram consideradas apenas no total

A desagregação dessas informações no interior das esferas pública e privada possibilita identificar as motivações específicas dos grevistas em cada segmento e indicar as particularidades das relações de trabalho nos diferentes setores (Tabela 8).

Na esfera pública, a proporção de greves com reivindicações de caráter propositivo é a mesma entre o funcionalismo público e os trabalhadores de empresas estatais (76%). Já no âmbito privado, as paralisações propositivas foram mais freqüentes na indústria (61%) do que no setor de serviços (48%).

Também as reivindicações de caráter defensivo estiveram mais presentes na indústria (61%) do que nos serviços (55%) nas greves da esfera privada. Em ambos os casos, a maior proporção foi verificada entre as que se colocavam contra descumprimentos de direitos (40% na indústria e 44% nos serviços). Greves motivadas por renovação ou manutenção de condições vigentes foram verificadas em um terço das paralisações da indústria e em 18% das ocorridas nos serviços.

Na esfera pública, a proporção de greves defensivas ocorridas no funcionalismo público e nas empresas estatais foi semelhante: 36% e 38%, respectivamente. Porém, quando analisadas em detalhe, nota-se que as paralisações no funcionalismo contra o descumprimento de direitos foram mais freqüentes do que as por manutenção ou renovação de direitos ameaçados, situação oposta à verificada nas empresas estatais.

**TABELA 8**  
**Total de greves por caráter das reivindicações, segundo esfera e setores de atividade**  
**Brasil - 2007**

Caráter	Esfera Pública (161)				Esfera Privada (149) <sup>(1)</sup>			
	Func. Público (140)		Empresas Estatais (21)		Indústria (83)		Serviços (62)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	<b>107</b>	<b>76,4</b>	<b>16</b>	<b>76,2</b>	<b>51</b>	<b>61,4</b>	<b>30</b>	<b>48,4</b>
<b>Defensivas</b>	<b>51</b>	<b>36,4</b>	<b>8</b>	<b>38,1</b>	<b>51</b>	<b>61,4</b>	<b>34</b>	<b>54,8</b>
<i>renovação ou manutenção de condições vigentes</i>	16	11,4	7	33,3	27	32,5	11	17,7
<i>descumprimento de direitos</i>	37	26,4	2	9,5	33	39,8	27	43,5
<b>Protesto</b>	<b>34</b>	<b>24,3</b>	<b>2</b>	<b>9,5</b>	<b>4</b>	<b>4,8</b>	<b>5</b>	<b>8,1</b>
<b>Solidariedade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1,2</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Na esfera privada, além das 83 greves realizadas no setor industrial e das 62 em serviços, o que totaliza 145 paralisações, devem ser consideradas quatro greves realizadas por trabalhadores rurais. Duas tiveram caráter propositivo e duas, defensivo (ambas por descumprimento de direitos). Devido ao pequeno número de ocorrências, optou-se por não apresentá-las na tabela.

Obs.: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações.

b) Das seis greves que envolveram trabalhadores das esferas pública e privada, três, realizadas por bancários, contiveram reivindicações de caráter propositivo e três, realizadas por trabalhadores de diversas categorias, de protesto.

Na Tabela 9, a seguir, é apresentada a distribuição das greves, segundo o caráter das reivindicações e o número de trabalhadores envolvidos em cada paralisação. Essa tabela indica que greves com maior participação de grevistas tendem a ter maior presença de reivindicações propositivas. Assim, 89% das paralisações que contaram com mais de 5 mil trabalhadores se caracterizam por exigências de caráter propositivo, proporção que decresce conforme é reduzido o número de grevistas. Comportamento semelhante foi observado nas greves de protesto: quanto menor o número de trabalhadores parados, menor a proporção de greves com esse caráter. Contudo, o mesmo não pode ser dito das greves com reivindicações defensivas, que não apresentam relação direta entre número de grevistas e caráter da reivindicação.

**TABELA 9**  
**Distribuição de greves e grevistas por caráter das reivindicações, por número de**  
**trabalhadores que participaram dos movimentos**  
**Brasil - 2007**

Nº de trabalhadores	nº de greves	Propositivas		Defensivas		Protesto	
		nº	%	nº	%	nº	%
<b>Até 500</b>	85	45	52,9	45	52,9	6	7,1
<b>501 a 1 mil</b>	25	17	68,0	12	48,0	3	12,0
<b>1.001 a 5 mil</b>	64	48	75,0	34	53,1	9	14,1
<b>Mais de 5 mil</b>	37	33	89,2	15	40,5	9	24,3
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>143</b>	<b>67,8</b>	<b>106</b>	<b>50,2</b>	<b>27</b>	<b>12,8</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de grevistas

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de cada faixa, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações

Após o exame do caráter das reivindicações que originaram os movimentos paretistas de 2007, serão apresentadas as principais reivindicações que compuseram as pautas dos grevistas, bem como sua frequência (Tabelas 10, 11 e 12).

Na Tabela 10, são relacionadas as principais reivindicações constantes das pautas das greves em todos os movimentos registrados.

**TABELA 10**  
**Principais reivindicações das greves**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	154	48,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	83	26,3
Auxílio Alimentação	58	18,4
Contratações	44	13,9
Piso Salarial	43	13,6
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	41	13,0
Descumprimento de acordo	39	12,3
Descumprimento de lei	39	12,3
Condições de trabalho	37	11,7
Atraso salarial	34	10,8
Isonomia salarial	32	10,1
Melhoria nos serviços públicos <sup>(1)</sup>	26	8,2
Assistência médica	24	7,6
Redução de jornada	21	6,6
Terceirização	19	6,0
Demissão	18	5,7
Adicional de horas extras	17	5,4
Abertura de negociações	16	5,1

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Serviços de educação, saúde e segurança, entre outros.

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações.

A exigência de reajuste salarial é predominante no conjunto das greves analisadas e atinge quase a metade do total (49%). Embora em menor proporção, também apresentaram frequência significativa reivindicações de implantação ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (26%) e de auxílio alimentação (18%). Ainda houve ocorrência expressiva de paralisações por exigência de novas contratações e piso salarial (14% cada), por Participação nos Lucros e/ou Resultados (13%); contra o descumprimento de acordo, descumprimento de lei e por questões relativas a condições de trabalho (12% cada); por atraso no pagamento de salários (11%); por isonomia salarial (10%); e por melhora nos serviços públicos (8%).

As Tabelas 11 e 12 discriminam as reivindicações mais freqüentes entre os trabalhadores da esfera pública e os da esfera privada, de modo a possibilitar a identificação das principais insatisfações por eles enfrentadas em cada uma delas<sup>7</sup>.

A demanda por reajuste salarial foi a principal no âmbito público, onde compôs 67% das paralisações. Em seguida, registram-se reivindicações por elaboração e/ou implantação de Plano de Cargos e Salários (incluídas em 45% dessas mobilizações), por contratação de novos trabalhadores (25%) e por piso salarial (16%), além de isonomia salarial e de melhora dos serviços públicos (13% cada).

**TABELA 11**  
**Principais reivindicações das greves da esfera pública**  
**Brasil, 2007**

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste Salarial	107	66,5
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	72	44,7
Contratação	40	24,8
Piso salarial	26	16,1
Isonomia salarial	21	13,0
Melhoria nos serviços públicos <sup>(1)</sup>	21	13,0

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Serviços de educação, saúde e segurança, entre outros

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

Na esfera privada (Tabela 12), a principal reivindicação foi, igualmente, por reajuste salarial (30% do total das greves da esfera). Em seguida, foram observadas 39 greves (26%) com reivindicações de introdução, manutenção ou melhoria de auxílio-alimentação. Também foram expressivas as paralisações por Participação nos Lucros e/ou Resultados (22%), protestos contra o atraso no pagamento dos salários (18%) e contra o descumprimento de direitos previstos na legislação (17%).

<sup>7</sup> Procurou-se selecionar os cinco principais motivos.



**TABELA 12**  
**Principais reivindicações das greves**  
**de trabalhadores de empresas privadas**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste Salarial	44	29,5
Auxílio Alimentação	39	26,2
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	33	22,1
Atraso de Salários	27	18,1
Descumprimento de Lei	26	17,4

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações

## Encaminhamentos e resultados das greves

Nesta seção, serão apresentados os principais tipos de encaminhamentos observados nas greves de 2007. Para isso, serão relatadas as principais ações realizadas pelos trabalhadores nas paralisações, as reações patronais mais comuns e os mecanismos adotados por ambas as partes para a solução dos conflitos. Também, sempre que for possível, será analisado o grau de efetividade das greves, ou seja, se houve ou não atendimento às reivindicações dos grevistas e, em caso positivo, em que medida estas foram contempladas.

Novamente, cabe lembrar que serão aqui examinadas apenas as informações constantes das fontes pesquisadas, dado que, não raramente, as notícias divulgadas sobre os movimentos paredistas são incompletas ou não detalham fatos importantes para a indicação de características e tendências. Isso significa que, para cada um dos itens expostos a seguir, será considerado o conjunto composto pelas paralisações das quais foi possível obter as informações necessárias à análise.

### 1. Ações dos grevistas

Em 2007, foram noticiadas ações de grevistas em pouco mais de um terço das paralisações registradas no SAG-DIEESE. A forma mais disseminada de manifestação foi a concentração de trabalhadores em atos públicos, relatada em 83 greves. Em seguida, observou-se o recurso a passeatas em 42 delas; a piquetes, em 20; e a ocupações, em 19.

**TABELA 13**  
**Distribuição de greves por tipo de ação dos grevistas**  
**Brasil - 2007**

Ação	Greves	
	nº	%
Concentração	83	71,6
Passeata	42	36,2
Piquete	20	17,2
Ocupação	19	16,4
Acampamento	12	10,3
Vigília	2	1,7

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado (116), dado que uma mesma paralisação pode conter diferentes tipos de ação

## 2. Reações patronais

As reações patronais foram captadas em um menor número de relatos de greves: 35. Destas, o procedimento mais usual foi o recurso à repressão policial, observado em 16 paralisações. O desconto dos dias parados foi registrado em 14 casos e a ameaça de demissão, em nove. Além desses, punições e demissões de grevistas foram utilizadas durante a realização de seis paralisações.

## 3. Formas de resolução dos conflitos

Em 2007, foram registradas 202 greves com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Na grande maioria - cerca de 90% do total considerado - adotou-se, em alguma medida, o recurso à negociação direta e/ou mediada - seja pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE)<sup>8</sup>, seja pelo Ministério Público ou pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Em 77 casos houve participação do Poder Judiciário. Em 70% deles foi proferida decisão judicial e em oito, o termo foi obtido por intermédio de acordo judicial. As demais paralisações enquadram-se em uma das seguintes situações: ou foram suspensas antes de decisão da Justiça ou seus resultados não foram conhecidos até a elaboração deste estudo.

<sup>8</sup> Nova denominação para Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

**TABELA 14**  
**Formas de resolução de conflitos sobre o total de greves com mecanismos de resolução dos conflitos informados Brasil - 2007**

Formas de resolução	Greves	
	nº	%
<b>Negociação</b>	<b>177</b>	<b>87,6</b>
<b>Intervenção/participação da Justiça<sup>(1)</sup></b>	<b>77</b>	<b>38,1</b>
<i>decisão judicial</i>	54	26,7
<i>recursos<sup>(2)</sup></i>	21	10,4
<i>acordo judicial</i>	8	4,0

Fonte: DIEESE

Notas: (1) O total de intervenção/participação da Justiça pode ser superior à soma dos subitens, porque em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como árbitro e em outro como mediador.

(2) Greves com informação sobre participação da Justiça, mas sem notícia sobre os resultados do julgamento ou cujo término ocorreu antes de decisão judicial

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado (202), dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de resolução de conflitos

Quando analisadas segundo a esfera, nota-se que greves com participação da Justiça foram mais freqüentes no âmbito público, atingindo quase metade dos 114 registros que continham esse tipo de informação. Isso representa uma diferença de 20 pontos percentuais em relação à esfera privada, onde em menos de um terço das paralisações registradas (27%) houve recorrência ao Judiciário (Tabela 15).

Ainda é interessante notar que, na área pública, a maior proporção de paralisações com participação da Justiça foi verificada nas empresas estatais (63%). Entre o funcionalismo público, esse percentual é maior entre as greves dos funcionários de governos estaduais – 52%.

**TABELA 15**  
**Participações da Justiça no total das greves com mecanismos de resolução de conflitos informados, nas esferas pública e privada Brasil – 2007**

Esfera	Total de Greves	Greves com participação da	
		nº	%
<b>Pública</b>	<b>114</b>	<b>54</b>	<b>47,4</b>
<b>Funcionalismo Público</b>	<b>98</b>	<b>44</b>	<b>44,9</b>
<i>Federal</i>	15	6	40,0
<i>Estadual</i>	44	23	52,3
<i>Municipal</i>	39	15	38,5
<b>Empresas Estatais</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>62,5</b>
<b>Privada</b>	<b>85</b>	<b>23</b>	<b>27,1</b>
<b>Pública e Privada</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado (202), dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de resolução de conflitos

Já a frequência de greves que asseguraram a abertura das negociações foi alta em ambas as esferas (Tabela 16). No âmbito do Governo Federal, abriu-se negociação em 93% das greves deflagradas. Entre as greves nas empresas estatais<sup>9</sup>, o percentual foi de 88% e nas prefeituras, de 87%. Comparativamente, os governos estaduais foram mais resistentes à negociação; mesmo assim, a utilizaram em 84% dos casos.

**TABELA 16**  
**Negociações diretas abertas durante as greves sobre o total de movimentos com mecanismos de resolução de conflitos informados Brasil - 2007**

Esfera	Total de Greves	Negociações	
		nº	%
<b>Pública</b>	<b>114</b>	<b>99</b>	<b>86,8</b>
<b>Funcionalismo Público</b>	<b>98</b>	<b>85</b>	<b>86,7</b>
<i>Federal</i>	15	14	93,3
<i>Estadual</i>	44	37	84,1
<i>Municipal</i>	39	34	87,2
<b>Empresas Estatais</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>87,5</b>
<b>Privada</b>	<b>85</b>	<b>75</b>	<b>88,2</b>
<b>Pública e Privada</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado (202), dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de resolução de conflitos

<sup>9</sup> Apesar do elevado número de greves com recorrência à Justiça entre as empresas estatais (Tabela 16), apenas em duas não foram abertas negociações diretas com os trabalhadores parados (Tabela 17).

## 4. Resultados das greves

A análise dos resultados das greves acompanhadas em 2007 permite estimar em que medida os movimentos paredistas foram bem-sucedidos. Para tanto, foram consideradas as 145 paralisações das quais se obteve notícia sobre os resultados.

Aproximadamente 61% dos movimentos observados obtiveram algum êxito no atendimento de suas reivindicações (Tabela 17). As mobilizações organizadas por trabalhadores de empresas estatais apresentaram maior efetividade, com 86% de greves com reivindicações atendidas total ou parcialmente. Esse percentual reduz-se para 71% nas greves na esfera privada e para 50%, no funcionalismo público. Quanto ao atendimento total das reivindicações<sup>10</sup>, o percentual nas empresas estatais também foi superior (29%), seguido pelo da esfera privada (25%) e do funcionalismo público (5%). Em oito greves as reivindicações foram rejeitadas: quatro no funcionalismo público, três na esfera privada e uma em empresa estatal.

Apesar dos resultados menos favoráveis das greves do funcionalismo público, é entre elas que se constata o maior percentual de paralisações encerradas mediante compromisso de prosseguimento das negociações: 63%. Na esfera privada isso ocorre em 32% das greves e em empresas estatais, em apenas um movimento.

**TABELA 17**  
**Resultados das negociações das pautas de reivindicações sobre o total de greves com resultados informados, nas esferas pública e privada Brasil - 2007**

Resultado	Total (145)		Esfera Pública (71)				Esfera Privada (69)	
			Func. Público (64)		Empresas Estatais (7)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Atendimento das reivindicações</b>	<b>89</b>	<b>61,4</b>	<b>32</b>	<b>50,0</b>	<b>6</b>	<b>85,7</b>	<b>49</b>	<b>71,0</b>
<i>Parcial</i>	67	46,2	29	45,3	4	57,1	32	46,4
<i>Integral</i>	21	15,2	3	4,7	2	28,6	17	24,6
<b>Rejeição das reivindicações</b>	<b>8</b>	<b>5,5</b>	<b>4</b>	<b>6,3</b>	<b>1</b>	<b>14,3</b>	<b>3</b>	<b>4,3</b>
<b>Prosseguimento das negociações</b>	<b>66</b>	<b>45,5</b>	<b>40</b>	<b>62,5</b>	<b>1</b>	<b>14,3</b>	<b>22</b>	<b>31,9</b>

Fonte: DIEESE

Obs: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total, dada a possibilidade de uma mesma greve ter dois resultados combinados

b) Não estão aqui computadas as paralisações que envolveram trabalhadores das esferas pública e privada. Para cinco delas, foram obtidas informações sobre mecanismos de solução de conflitos. Destas, em quatro houve prosseguimento das negociações e em uma, as reivindicações foram parcialmente atendidas

<sup>10</sup> Consideram-se atendidas as reivindicações sempre que estas forem contempladas na exata medida e nas condições exigidas pelos trabalhadores. Por conseguinte, entende-se por atendimento parcial das reivindicações a rejeição de um ou mais itens reivindicados ou sua aceitação em condições aquém das pleiteadas.

Além da análise dos resultados diante das reivindicações que motivaram a deflagração das greves, foram ainda examinadas as reivindicações geradas durante o desenrolar do movimento. Aqui, foram obtidas informações sobre 62 paralisações, que serão descritas a seguir.

Com relação ao tempo de paralisação, em 20 greves foi conquistado o pagamento de parte das horas paradas, sem a exigência de contrapartida. Em 18 greves, os trabalhadores comprometeram-se a repor integral ou parcialmente as horas de interrupção do trabalho. Já em sete dos movimentos, houve desconto dos dias parados.

No que se refere às decisões judiciais sobre o exercício das greves, foram registradas 19 paralisações consideradas pela Justiça como abusivas e/ou ilegais – 14 no funcionalismo público estadual, quatro no municipal e uma em empresa estatal. Seis greves foram consideradas não abusivas e/ou legais – duas no funcionalismo estadual, duas no federal, uma no municipal e uma em empresa privada. Ainda em sete paralisações, as partes envolvidas aguardavam decisões judiciais sobre os movimentos e/ou reivindicações na ocasião em que estavam terminando.

Também é importante destacar algumas garantias asseguradas aos trabalhadores que participaram das mobilizações. Em cinco movimentos, foi assegurada aos grevistas a garantia de estabilidade temporária no emprego. Em 12 paralisações, obteve-se o compromisso patronal de não aplicar punições de qualquer espécie aos participantes das paralisações após a retomada das atividades.

Por fim, cabe ressaltar que os resultados das greves, antes de serem tomados como indicadores do poder de organização dos trabalhadores, devem ser analisados à luz de diversos fatores, como a extensão e complexidade da pauta de reivindicações, os limites estabelecidos por legislação específica ou geral<sup>11</sup>, além das circunstâncias específicas a cada greve. Por essa razão, para melhor compreensão das informações aqui apresentadas, cabe analisar as paralisações segundo o âmbito em que foram realizadas, o que será feito na seção seguinte deste estudo.

---

<sup>11</sup> Como restrições ao direito de greve e limitações nos gastos públicos impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **As greves por setores de atividade na esfera privada e por níveis administrativos da esfera pública**

Neste item, pretende-se identificar as insatisfações específicas dos trabalhadores de cada um dos setores de atividade que compõem a esfera privada – indústria, comércio e serviços – e nos três níveis administrativos da esfera pública – municipal estadual e federal –, bem como examinar as particularidades dos movimentos paretistas neles ocorridos.

### **1. Mobilização nos setores da esfera privada**

Para a esfera privada, serão apresentadas as informações relativas às paralisações empreendidas nos setores da indústria e dos serviços, dada a pequena ocorrência de greves no meio rural e inexistência de registro de greves no comércio.

#### ***1.1. Greves dos trabalhadores na indústria da esfera privada***

Do total das greves apuradas na indústria em 2007, a grande maioria – 83% – ocorreu na região Sudeste. Na região Nordeste, foram deflagradas 8% do total das paralisações; na Sul, 4%; na Centro-Oeste, 2%; e na Norte, apenas uma greve. Foi ainda registrada uma mobilização nacional de metalúrgicos.

Aproximadamente 88% das greves da indústria ocorreram no nível das empresas e 12% delas mobilizaram categorias. Grande parte dos movimentos (76%) foi deflagrada por trabalhadores metalúrgicos; 14% por trabalhadores da construção civil e 5% por trabalhadores da indústria de alimentação. As demais foram realizadas por trabalhadores em indústria química (2 greves), de fiação e tecelagem (1) e de água, esgoto e meio ambiente (1).

Na Tabela 18 são apresentadas as principais reivindicações que compuseram as pautas dos grevistas do setor industrial.

**TABELA 18**  
**Principais reivindicações das greves na indústria da esfera privada**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Indústria (83)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	31	37,3	41	13,0
Reajuste salarial	23	27,7	154	48,7
Auxílio Alimentação	22	26,5	58	18,4
Descumprimento de lei	18	21,7	39	12,3
Atraso de Salário	12	14,5	34	10,8
Demissão	12	14,5	18	5,7

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

A reivindicação de Participação nos Lucros e/ou Resultados foi a mais freqüente entre os industriários (37%), seguida por reajuste salarial (28%) e por auxílio-alimentação (27%). Também foi significativa a proporção de mobilizações contra o descumprimento de lei (22%) e o atraso no pagamento de salários e demissões (15% cada), nitidamente defensivas.

É importante destacar que reivindicações por PLR aparecem entre as cinco mais comuns apenas nas greves deflagradas por trabalhadores do setor industrial da esfera privada, que foram responsáveis por 76% dos movimentos com essa reivindicação.

## **1.2. Greves dos trabalhadores em serviços da esfera privada**

No setor de serviços da esfera privada, embora a maior parte das greves também tenha se localizado na região Sudeste (61%), é expressiva a ocorrência de paralisações no Nordeste (23%) e no Norte (11%). Na região Sul foram registradas 3% dessas paralisações e no Centro-Oeste, apenas uma.

Aqui, as mobilizações de categoria têm proporção superior à observada na indústria, correspondendo a 26% do total, ao passo que as greves por empresa representaram 74%.

Quanto aos ramos de atividade, o mais atingido no setor de serviços foi o de transportes, onde foram registradas 52% do total das paralisações do setor. Os trabalhadores em transporte coletivo urbano de passageiros protagonizaram 44% dessas atividades e os trabalhadores em transporte rodoviário de passageiros, 5%. Além dessas, houve uma paralisação de trabalhadores em transportes marítimos e fluviais e outra de portuários e estivadores.



O ramo da saúde teve participação de 15%, o de asseio e conservação, de 13%, e os de educação e de segurança e vigilância, de 6% cada. As demais foram realizadas por trabalhadores em empresas jornalísticas e em clubes de futebol, 3% em cada, e por bancários, 1 greve<sup>12</sup>.

A reivindicação de reajuste salarial foi a mais freqüente, observada em 36% das paralisações do setor. A seguir, aparecem as reivindicações por auxílio-alimentação (29%), contra o atraso de salários (24%), contra o descumprimento de acordo (16%), por adicional de horas extras e redução de jornada (15% cada).

**TABELA 19**  
**Principais reivindicações das greves em serviços da esfera privada**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Serviços (62)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	22	35,5	154	48,7
Auxílio Alimentação	18	29,0	58	18,4
Atraso de Salário	15	24,2	34	10,8
Descumprimento de acordo	10	16,1	39	12,3
Adicional de horas extras	9	14,5	17	5,4
Redução de jornada	9	14,5	21	6,6

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

## 2. Mobilização nos níveis administrativos da esfera pública

Aqui serão analisadas as informações específicas das paralisações realizadas no âmbito dos municípios, estados e Federação.

### 2.1. Greves dos funcionários públicos federais

Das 25 greves realizadas no âmbito federal, seis foram deflagradas por policiais federais e três por funcionários do Banco Central. Os funcionários do INSS realizaram duas paralisações ao longo do ano, assim como os do Incra, do DNIT, do Ministério da Cultura e do Ministério da Agricultura. Além desses, fizeram uma paralisação no ano: funcionários da Receita Federal, do Ibama, da Funasa, da Datasu, do CNEN e das universidades federais.

As mobilizações do funcionalismo público federal apresentaram reivindicações de caráter propositivo em 60% das greves e defensivo em 56%. É interessante notar que greves

<sup>12</sup> Aqui não estão consideradas as quatro greves que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

propositivas tiveram proporção menor entre os funcionários federais do que a apurada para o conjunto das paralisações – 6 pontos percentuais a menos. Já as defensivas tiveram comportamento inverso, com diferença mais acentuada, presentes em 56% das greves dos federais e em 46% do conjunto das paralisações, o que representa uma diferença de 10 pontos percentuais.

Também reivindicações com caráter de protesto tiveram maior presença entre as mobilizações dos funcionários federais, constando de 24% delas, contra 15% do total de greves analisadas.

**TABELA 20**  
**Greves dos funcionários públicos federais,**  
**por caráter das reivindicações**  
**Brasil - 2007**

Caráter	Func. Públicos Federais (25)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	<b>15</b>	<b>60,0</b>	<b>209</b>	<b>66,1</b>
<b>Defensivas</b>	<b>14</b>	<b>56,0</b>	<b>146</b>	<b>46,2</b>
manutenção ou renovação de direitos vigentes	2	8,0	61	19,3
descumprimento de direitos	12	48,0	101	32,0
<b>Protesto</b>	<b>6</b>	<b>24,0</b>	<b>48</b>	<b>15,2</b>

*Fonte: DIEESE*

*Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações*

No que se refere às reivindicações, os funcionários federais têm como principais pleitos o reajuste salarial (60%) e a elaboração ou reestruturação de Plano de Cargos e Salários (56%). Em terceiro lugar, aparecem reivindicações por isonomia salarial e contra descumprimentos de acordos, ambas em 40% das mobilizações da categoria. Também apresenta frequência significativa a reivindicação de novas contratações no serviço público federal (32%).

**TABELA 21**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Func. Públicos Federais (25)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	15	60,0	154	48,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	14	56,0	83	26,3
Descumprimento de acordo	10	40,0	39	12,3
Isonomia salarial	10	40,0	32	10,1
Contratação	8	32,0	44	13,9

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

## **2.2. Greves dos funcionários públicos estaduais**

No âmbito dos Estados, os funcionários públicos deflagraram 60 paralisações. Dessas, 55% ocorreram na região Nordeste – onde se destacam os estados de Alagoas, com 12%, e os da Bahia e Piauí, com 10% cada. Na região Sudeste houve registros de 27% das paralisações – 15% apenas no estado de São Paulo e 5%, no estado do Rio de Janeiro e também em Minas Gerais. O percentual de greves na região Sul e na Norte foi o mesmo, 7% em cada. Dessas, três ocorreram no Paraná, uma no Rio Grande do Sul, duas no Tocantins, uma no Amapá e outra em Rondônia. Na região Centro-Oeste houve três greves – uma no Distrito Federal, uma em Goiás e outra no Mato Grosso.

A maior parte dessas mobilizações (35%) ocorreu entre os funcionários da Educação. Os servidores vinculados às secretarias de Segurança Pública organizaram 19 paralisações (32%), dezesseis delas com participação exclusiva de policiais civis; quatro com participação de policiais civis e agentes penitenciários; duas apenas com agentes penitenciários; e uma só com policiais militares. Os funcionários dos judiciários estaduais promoveram nove mobilizações, os da administração direta, seis, e os da área da saúde, cinco.

Das greves realizadas pelo funcionalismo público estadual, 73% apresentaram reivindicações que pretendiam introduzir novas conquistas ou avançar em relação às vigentes e cerca de um terço tinha por objetivo a defesa dos direitos em vigor (10%) ou a contraposição ao descumprimento deles (25%). Os servidores estaduais foram os que mais fizeram greves de protesto - 33% do total geral desses movimentos.

**TABELA 22**  
**Greves dos funcionários públicos estaduais,**  
**por caráter das reivindicações**  
**Brasil - 2007**

Caráter	Func. Públicos Estaduais (60)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	<b>44</b>	<b>73,3</b>	<b>209</b>	<b>66,1</b>
<b>Defensivas</b>	<b>20</b>	<b>33,3</b>	<b>146</b>	<b>46,2</b>
manutenção ou renovação de direitos vigentes	6	10,0	61	19,3
descumprimento de direitos	15	25,0	101	32,0
<b>Protesto</b>	<b>20</b>	<b>33,3</b>	<b>48</b>	<b>15,2</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

Quanto às reivindicações, 72% das greves dos funcionários estaduais incluíram reajuste salarial; 42%, Plano de Carreira, e 30%, contratação de novos funcionários. Melhoras nos serviços públicos constaram de 20% das paralisações; e piso salarial, de 15%.

**TABELA 23**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Func. Públicos Estaduais (60)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	43	71,7	154	48,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	25	41,7	83	26,3
Contratação	18	30,0	44	13,9
Melhoria nos serviços públicos <sup>(1)</sup>	12	20,0	26	8,2
Piso Salarial	9	15,0	43	13,6

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Serviços de educação, saúde e segurança, entre outros

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações

### 2.3. Greves dos funcionários públicos municipais

Foram registradas 55 paralisações deflagradas por funcionários públicos municipais, a maior parte nas regiões Nordeste (45%) e Sudeste (29%). Os Estados que assistiram ao maior número de mobilizações foram São Paulo (24%), Pernambuco (15%) e Ceará (13%).

Os servidores da educação promoveram 44% dessas greves; os da administração direta, 25%; os da saúde, 20% e os das guardas civis, 11%.

Entre os municipais, cerca de 87% das paralisações apresentaram caráter propositivo e 31%, defensivo, sendo 18%, por descumprimento de direitos e 15%, por sua

manutenção ou renovação. Em 15% desses movimentos, constaram reivindicações consideradas de protesto.

**TABELA 24**  
**Greves dos funcionários públicos municipais,**  
**por caráter das reivindicações**  
**Brasil - 2007**

Caráter	Func. Públicos Municipais (55)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	<b>48</b>	<b>87,3</b>	<b>209</b>	<b>66,1</b>
<b>Defensivas</b>	<b>17</b>	<b>30,9</b>	<b>146</b>	<b>46,2</b>
manutenção ou renovação de direitos vigentes	8	14,5	61	19,3
descumprimento de direitos	10	18,2	101	32,0
<b>Protesto</b>	<b>8</b>	<b>14,5</b>	<b>48</b>	<b>15,2</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações

No que se refere aos principais itens pleiteados, também nos municípios, a maior demanda foi por reajuste salarial – presente em 67% das paralisações – e por Plano de Carreira, com 51%. Ainda foram observados percentuais representativos de paralisações por piso salarial (22%) e por questões referentes ao auxílio-alimentação e à contratação de novos trabalhadores (18%, cada).

**TABELA 25**  
**Principais reivindicações das greves**  
**no funcionalismo público municipal**  
**Brasil - 2007**

Reivindicação	Func. Públicos Municipais (55)		Total (316)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	37	67,3	154	48,7
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	28	50,9	83	26,3
Piso salarial	12	21,8	43	13,6
Auxílio Alimentação	10	18,2	58	18,4
Contratações	10	18,2	44	13,9

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas reivindicações e distintas motivações

## Considerações finais

O cenário das greves realizadas no Brasil em 2007 apresenta grandes semelhanças com o dos últimos anos. Neste ano, foram registradas 316 paralisações em todo o território nacional. Nos anos anteriores, foram observados números pouco diferentes: 320 em 2006, 299 greves, em 2005, e 302, em 2004 (Tabela 26).

**TABELA 26**  
**Distribuição de greves, nas esferas pública e privada**  
**Brasil - de 2004 a 2007**

Esfera/Setor	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>185</b>	<b>61,3</b>	<b>162</b>	<b>54,2</b>	<b>165</b>	<b>51,6</b>	<b>161</b>	<b>50,9</b>
Func. Público	158	52,3	138	46,2	145	45,3	140	44,3
Empresas Estatais	27	8,9	24	8,0	20	6,3	21	6,6
<b>PRIVADA</b>	<b>114</b>	<b>37,7</b>	<b>135</b>	<b>45,2</b>	<b>151</b>	<b>47,2</b>	<b>149</b>	<b>47,2</b>
<b>PÚBLICA E PRIVADA</b>	<b>3</b>	<b>1,0</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>	<b>4</b>	<b>1,3</b>	<b>6</b>	<b>1,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>	<b>100,0</b>	<b>299</b>	<b>100,0</b>	<b>320</b>	<b>100,0</b>	<b>316</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Embora tenha sido crescente a proporção de grevistas e de greves empreendidas na esfera privada (Tabela 27, a seguir), as paralisações da esfera pública continuam tendo maior participação no total, o que pode ser explicado por diversos fatores. Entre eles, destacam-se a insegurança e a fragilidade do vínculo empregatício na esfera privada, onde o empresariado dispõe do recurso da dispensa imotivada, frequentemente utilizada para coibir as mobilizações.

**TABELA 27**  
**Distribuição de grevistas, nas esferas pública e privada**  
**Brasil, de 2004 a 2007**

Esfera/Setor	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>826.074</b>	<b>64,0</b>	<b>1.380.585</b>	<b>68,1</b>	<b>770.240</b>	<b>56,6</b>	<b>713.259</b>	<b>49,6</b>
Func. Público	791.920	61,3	1.137.423	56,1	729.600	53,6	546.955	38,0
Empresas Estatais	34.154	2,6	243.162	12,0	40.640	3,0	166.304	11,6
<b>PRIVADA</b>	<b>249.258</b>	<b>19,3</b>	<b>484.915</b>	<b>23,9</b>	<b>388.673</b>	<b>28,6</b>	<b>641.766</b>	<b>44,6</b>
<b>PÚBLICA E PRIVADA</b>	<b>216.000</b>	<b>16,7</b>	<b>161.000</b>	<b>7,9</b>	<b>201.100</b>	<b>14,8</b>	<b>82.750</b>	<b>5,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.291.332</b>	<b>100,0</b>	<b>2.026.500</b>	<b>100,0</b>	<b>1.360.013</b>	<b>100,0</b>	<b>1.437.769</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados: 151 em 2005, 159 em 2005, 178 em 2006 e 211 em 2007

Outro fator importante para explicar a preponderância das greves na esfera pública é a inexistência de data-base. Na esfera privada, a data-base anual – pré-determinada pelas partes para a renovação das normas que regem as condições de trabalho – assegura a regularidade das negociações coletivas de trabalho; e a recorrência à greve, no geral, coloca-se em momentos de impasse. Já para o funcionalismo, a paralisação das atividades é, muitas vezes, um instrumento para forçar a abertura das negociações.

É importante lembrar, ainda, que a ausência de data-base levou os funcionários públicos dos diversos níveis administrativos – federal, estadual e municipal – a suportarem vários anos sem negociação de reajustes salariais, o que provocou perdas significativas ao longo desse período.

Nos demais indicadores das greves (Tabelas 28 e 29), a participação das paralisações da esfera pública é ainda mais acentuada, dado que são mais extensas do que aquelas promovidas na esfera privada – representando 85% do total de horas paradas (esse percentual oscilou de 79% a 85%, entre 2004 e 2006) – e, conseqüentemente, atingindo maior proporção de trabalhadores x horas paradas – 92% (esse percentual oscilou de 68% a 88% entre 2004 e 2006).

A maior duração dessas paralisações pode estar relacionada a uma característica da administração pública, que torna maior a complexidade da negociação nesta esfera: a necessidade de envolvimento de vários órgãos e instâncias de poder para análise e encaminhamento de soluções diante dos movimentos dos trabalhadores.

**TABELA 28**  
**Distribuição de horas paradas, nas esferas pública e privada**  
**Brasil - 2004 a 2007**

Esfera/Setor	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>19.768</b>	<b>85,4</b>	<b>15.422</b>	<b>79,2</b>	<b>20.222</b>	<b>82,3</b>	<b>24.192</b>	<b>84,8</b>
Func. Público	19.240	83,2	14.689	75,5	19.448	79,2	23.278	81,6
Empresas Estatais	528	2,3	725	3,7	774	3,2	914	3,2
<b>PRIVADA</b>	<b>3.099</b>	<b>13,4</b>	<b>3.973</b>	<b>20,4</b>	<b>4.172</b>	<b>17,0</b>	<b>4.291</b>	<b>15,0</b>
<b>PÚBLICA E PRIVADA</b>	<b>271</b>	<b>1,2</b>	<b>80</b>	<b>0,4</b>	<b>164</b>	<b>0,7</b>	<b>36</b>	<b>0,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23.138</b>	<b>100,0</b>	<b>19.475</b>	<b>100,0</b>	<b>24.558</b>	<b>100,0</b>	<b>28.519</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

**TABELA 29**  
**Distribuição de trabalhadores x horas paradas, nas esferas pública e privada**  
**Brasil - 2004 a 2007**

Esfera/Setor	2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>PÚBLICA</b>	<b>102.092.984</b>	<b>67,8</b>	<b>204.147.942</b>	<b>88,3</b>	<b>145.124.724</b>	<b>79,9</b>	<b>217.355.928</b>	<b>91,7</b>
Func. Público	101.439.352	67,4	196.427.062	84,9	143.327.224	78,9	207.320.120	87,4
Empresas Estatais	653.632	0,4	7.720.880	3,3	1.797.500	1,0	10.035.808	4,2
<b>PRIVADA</b>	<b>7.939.056</b>	<b>5,3</b>	<b>21.936.188</b>	<b>9,5</b>	<b>21.443.143</b>	<b>11,8</b>	<b>19.198.804</b>	<b>8,1</b>
<b>PÚBLICA E PRIVADA</b>	<b>40.441.900</b>	<b>26,9</b>	<b>5.207.200</b>	<b>2,3</b>	<b>15.043.400</b>	<b>8,3</b>	<b>573.500</b>	<b>0,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>150.473.940</b>	<b>100,0</b>	<b>231.291.330</b>	<b>100,0</b>	<b>181.611.267</b>	<b>100,0</b>	<b>237.128.232</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados: 151 em 2004, 159 em 2005, 178 em 2006 e 211 em 2007

Outra característica comum entre as greves de 2007 e as analisadas nos três anos precedentes refere-se ao caráter geral das reivindicações apresentadas (Tabela 30). Em 2007, cerca de 2/3 das paralisações foram motivadas por reivindicações de caráter propositivo, o que sugere a manutenção da tendência de mobilizações que pretendem conquistar novos direitos ou avançar em relação às condições vigentes. Esta tendência é contrária à verificada ao longo dos anos 1990, quando a maioria das paralisações era motivada por reivindicações de cunho defensivo.

Porém, ainda chama a atenção o expressivo número de greves consideradas defensivas – em especial aquelas motivadas pelo descumprimento de direitos por parte dos empregadores. Em 2007, cerca de 46% das greves continham reivindicações de caráter defensivo – esse percentual oscilou de 45% a 53%, entre 2004 e 2006. Destas, 32% do total eram greves contra descumprimento de direitos. Em 2004 e 2006, as paralisações com esta motivação chegaram a 23% e 35%, respectivamente.

**TABELA 30**  
**Distribuição de greves por caráter das reivindicações**  
**Brasil - 2004 a 2007**

Caráter	2004		2005		2006		2007	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Propositiva</b>	<b>197</b>	<b>65,2</b>	<b>207</b>	<b>69,2</b>	<b>217</b>	<b>67,8</b>	<b>209</b>	<b>66,1</b>
<b>Defensiva</b>	<b>161</b>	<b>53,3</b>	<b>135</b>	<b>45,2</b>	<b>168</b>	<b>52,5</b>	<b>146</b>	<b>46,2</b>
<i>renovação ou manutenção das condições vigentes</i>	54	17,9	72	24,1	110	34,4	61	19,3
<i>descumprimento de direitos</i>	107	35,4	70	23,4	87	27,2	101	32,0
<b>Protesto</b>	<b>28</b>	<b>9,3</b>	<b>50</b>	<b>16,7</b>	<b>49</b>	<b>15,3</b>	<b>48</b>	<b>15,2</b>
<b>Solidariedade</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>	<b>1</b>	<b>0,3</b>
<b>Sem informação</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>	<b>100,0</b>	<b>299</b>	<b>100,0</b>	<b>320</b>	<b>100,0</b>	<b>316</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE



Um olhar minucioso sobre as reivindicações apresentadas em 2007 revela que, assim como nos três anos anteriores, o principal item de pauta das greves foi o reajuste salarial, confirmando que a principal insatisfação dos trabalhadores ainda são os baixos salários praticados no país. A seguir observam-se reivindicações relativas a Plano de Cargos e Salários – mais comuns em greves do funcionalismo público – e auxílio-alimentação –, de maior peso nas greves ocorridas na esfera privada.

A análise dos resultados das greves revela, ainda, que a maior parte das paralisações levada a cabo no ano passado alcançou resultados positivos. Cerca de 60% dos movimentos realizados em 2007 tiveram suas reivindicações total ou parcialmente atendidas. Apesar de o percentual ser inferior ao apresentado nos três anos anteriores – 75%, em 2006, 75%, em 2005, e 70%, em 2004 –, a proporção de greves que resultou no prosseguimento das negociações foi superior em 2007, quando atingiu 46%. Nos anos anteriores, oscilou de 31% a 33%.

Por outro lado, a rejeição a todos os pontos da pauta foi observada em apenas 6% das greves, próximo ao verificado nos anos precedentes.

## Notas Metodológicas

**Greve:** “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (lockouts) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”.

**Caráter da greve:** tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta. Possibilidades:

- **Propositiva** – por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes
- **Defensiva** – em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes. As greves defensivas estão subdivididas da seguinte forma:
  - **descumprimento de direitos:** contra o descumprimento de normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho;
  - **renovação ou manutenção de condições vigentes:** pela manutenção ou renovação de condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.
- **Protesto** – por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas. Consideram-se de protesto as greves assim declaradas pelo comando.
- **Solidariedade** – em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores. Ao encabeçar mobilizações desta natureza, os grevistas não podem ter interesse imediato nos itens da pauta defendida pelos trabalhadores a quem apóiam. Consideram-se de solidariedade as greves assim declaradas pelo comando

**Trabalhadores x horas paradas:** Indicador obtido através da multiplicação do número de grevistas pela quantidade de horas paradas em cada uma das paralisações. Mede o volume de horas de trabalho integralmente perdidas pela empresa/órgão durante toda a greve.

**Quantificação do caráter, tema e itens de reivindicação:** A totalização de aspectos qualitativos das greves excede a soma de cada item porque uma mesma greve pode se enquadrar em mais de um dos grupos. Por exemplo, os trabalhadores envolvidos em uma

greve podem reivindicar, simultaneamente, aumento salarial (caráter: propositivo; tema: remuneração; motivo: reajuste salarial) e exigir o pagamento de vales-refeição em atraso (caráter: defensivo; tema: auxílio; motivo: alimentação).

**Causas das greves:** conjunto de reivindicações explicitadas como motivações para a paralisação. Para esta classificação, são empregadas palavras-chave dispostas em dois níveis: um mais abrangente (tema) e outro desagregado (grupo). Não são consideradas causas das greves as ofertas patronais não relacionadas à pauta apresentada pelos grevistas, utilizadas como moeda de troca na negociação com os trabalhadores.

**Temas das greves:** conjuntos de reivindicações agrupadas por semelhança de características. São eles:

- **Remuneração** – greves por questões diretamente relacionadas à remuneração dos trabalhadores, como reajuste salarial, piso salarial, auxílios, adicionais e PLR, entre outros.
- **Relações de Trabalho** – greves relativas a emprego, como as que se colocam contra demissões ou por estabilidade e contratações; a processo e exercício do trabalho, como introdução de processos tecnológicos e qualificação; a contrato de trabalho, como terceirização, mão-de-obra temporária; e à situação funcional, como PCS e atribuições do trabalho.
- **Condições de Trabalho** – greves por questões relacionadas à saúde e segurança do trabalho e à jornada de trabalho, como redução, diminuição de horas–extras e outras.
- **Relações sindicais** – greves por participação do sindicato no processo de negociação, constituição de representação dos trabalhadores, mudança ou manutenção da data-base etc.
- **Políticas** – greves dirigidas contra o governo ou contra projetos ou medidas governamentais ou de caráter solidário.

**Grupos de reivindicações:** grupos de itens afins reunidos em cada tema, como por exemplo, adicionais, auxílios e correção salarial (no tema remuneração) e jornada e saúde (no tema condições de trabalho).

Rua Ministro Godói, 310  
05001-900 São Paulo, SP  
telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
e-mail: en@dieese.org.br  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## **DIEESE**

### **Direção Executiva**

João Vicente Silva Cayres – Presidente  
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC  
Carlos Eli Scopim – Vice-presidente  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região  
Tadeu Moraes de Sousa - Secretário  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes  
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor  
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região  
Alberto Soares da Silva – Diretor  
STI de Energia Elétrica de Campinas  
Zenaide Honório – Diretora  
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp)  
Pedro Celso Rosa – Diretor  
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas de Curitiba  
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor  
Sindicato dos Eletricistas da Bahia  
José Carlos de Souza – Diretor  
STI de Energia Elétrica de São Paulo  
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor  
Femaco – FE em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo  
Mara Luzia Feltes – Diretora  
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul  
Josinaldo José de Barros – Diretor  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel  
Eduardo Alves Pacheco – Diretor  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT - CNTT/CUT

### **Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico  
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento  
Nelson Karam – coordenador de educação  
José Silvestre P. de Oliveira – coordenador de relações sindicais  
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas  
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora administrativa e financeira

### **Equipe técnica**

Carlindo Rodrigues de Oliveira  
Laura Teresa de Sá e Benevides Inoue  
Luís Augusto Ribeiro da Costa  
Rafael Serrao  
Vera Lúcia M. Gebrim  
Victor Gnecco S. Pagani

### **Equipe de Apoio**

Carolina Tiemi T. Teixeira (estagiária)  
Cristiane Bibiano (estagiária)  
Leandro Daniel Santos Carvalho (estagiário)  
Mahatma Ramos dos Santos